



Educação e Saúde sob investigação

As causas para os problemas na Educação e na Saúde públicas do DF começam a aparecer. Duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) na Câmara Legislativa desvendam os esquemas que sangram o Tesouro e provocam transtornos em serviços tão essenciais.

Instaladas no final de março com o apoio da Bancada do PT, as CPIs têm como relatores os deputados Paulo Tadeu (Educação) e Arlete Sampaio (Saúde). Em três meses de trabalho, as comissões já apuraram fortes indícios de irregularidades no governo Roriz.

Depois de 10 reuniões e 20 depoimentos, a CPI da Educação chegou a indícios de favorecimento às empresas *Moura Transportes* e a *Jovem Turismo* em licitações para transporte escolar na Secretaria de Educação (SEDU). Depoimentos e documentos revelam o estreito relacionamento entre os empresários e as ex-secretárias Eurides Brito e Maristela Neves.

Gravações apresentadas em 10 de junho pelo ex-subsecretário de Educação



Aprensões: Polícias Civil e Federal apoiam trabalho das comissões de inquérito

Manoel Carneiro mostraram vozes de supostas autoridades do GDF tentando desarticular a CPI. A Polícia Federal pericia essas gravações.

SAÚDE - Em três meses de trabalho, a CPI da Saúde realizou 18 reuniões; tomou 48 depoimentos; e fez 411 pedidos de informações. A comissão apura suposto favorecimento ao Hospital Santa Juliana. Entre junho e outubro de 2004, a Secretaria de Saúde (SES) repassou 98% da verba do SUS para internação em UTIs

àquela instituição. Fechado em maio pela Vigilância Sanitária, o hospital tinha como diretora-financeira Adáisa Alves de Moura, irmã do ex-secretário Arnaldo Bernardino, e como dono, um ex-assessor dele, Jorge Madeira Leite.

A ex-assessora da sub-Secretaria de Apoio Operacional da SES Maria de Fátima Rolim confirmou à CPI a montagem de pagamentos ao Santa Juliana. Já a chefe da Diretoria Farmacêutica, Eva Ferraz, relevou fraude na compra de material odontológico (R\$ 381 mil).

Os insumos para implantes dentários eram pagos antes da entrega. Detalhe: a Secretaria não oferece esse tipo de serviço à população.

APOIO - Órgãos como os Ministérios da Educação e da Saúde; Ministério Público do DF; Controladoria-Geral da União; e Polícias Civil e Federal acompanham os trabalhos das CPIs. Prevista para outubro, a entrega dos relatórios finais pode ser prorrogada a pedido dos relatores por até 90 dias.

Projeto do GDF desagradou praças da PM e dos Bombeiros

As Bancadas do PT-DF na Câmara Legislativa e no Congresso Nacional trabalharam para melhorar o Projeto de Lei 5.030/05, do GDF, que concede reajuste salarial para policiais militares e bombeiros de Brasília. Aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado, a matéria agrava a disparidade entre os salários de oficiais e praças nas duas corporações.

O PL assegura um reajuste de 17% na folha salarial da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Mas o GDF concedeu o reajuste sobre as remunerações atuais dos militares. Com isso, coronéis passam a receber R\$ 6.989,98, enquanto soldados têm direito a apenas R\$ 1.471,70, uma diferença nominal de R\$ 1,6 mil.

A proposta das bancadas petistas era

distribuir os 17% de forma linear sobre a folha salarial. Assim, cada um dos integrantes das duas corporações receberia um aumento salarial fixo de cerca de R\$ 530,00, independente da patente. Dessa forma, a lógica do acordo firmado no ano passado, quando o aumento foi de 7% sobre o soldo do coronel, seria mantida e a diferença salarial diminuiria.

Em reunião com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, antes do envio da proposta ao Congresso, os parlamentares petistas apresentaram outras duas sugestões: 1) pagamento da gratificação para PMs e bombeiros em uma única parcela; 2) desmembrar a proposta de realinhamento da carreira, do projeto inicial. Para as bancadas petistas, o GDF desrespeita os praças ao propor o realinhamento sem consultar a categoria.



Ministro do Planejamento negocia com parlamentares petistas

O projeto agora vai à sanção do presidente Lula. A folha da Segurança Pública no DF é mantida com recursos da União, de acordo com a Constituição Federal, por isso a matéria teve que passar pelo Congresso. Os R\$ 237,7 milhões necessários para o cumprimento da lei, para 2006 e 2007, já estão previstos no Fundo de Constitucional do DF.

Governo Roriz tira 100 milhões da Educação

Deixando claro, mais uma vez, seu descaso com a população, o governo Roriz aprovou, em 7 de junho, com os votos de 14 deputados da base aliada, projeto de lei que remaneja R\$ 100 milhões da Secretaria de Educação. Os recursos, que serviriam para reformar escolas e pagar benefícios aos servidores, foram desviados para publicidade e Codeplan. A bancada petista criticou duramente a proposta, por entender que nenhum governo sério cancela recursos de uma área que enfrenta tantos problemas. Durante a votação, o PT se retirou de plenário após rejeição de sua emenda que devolvia os R\$ 100 milhões para a Educação. O PL 1.910/05 concede crédito adicional de R\$ 124,4 milhões ao orçamento, dos quais R\$ 2 milhões foram para reforma e modernização do Parque de Exposições Agropecuárias.

Apoio aos professores da rede pública



A luta dos professores públicos do DF por melhores salários e condições de trabalho recebeu o apoio integral da Bancada do PT na CLDF. Todos os seis distritais acompanharam de perto a mobilização da categoria, em março. Graças à intermediação dos parlamentares petistas, a categoria reabriu o canal de negociações com o GDF para tratar da pauta de reivindicações.

Garantida gratificação para educadores

Educadores que trabalham em situação de risco no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje) terão direito a uma gratificação. Com apoio da bancada petista, a Câmara Legislativa aprovou dia 1º de julho o Projeto de Lei 1.968/05, de autoria do Executivo. A medida representa o cumprimento de acordo feito com o GDF durante votação do plano de carreira dos professores, no ano passado. Os servidores que trabalham no Caje enfrentam situação de tensão constante, ao exercerem uma função essencial na reintegração dos adolescentes à sociedade.

PRESERVAÇÃO DO DF EM DEBATE

A preocupação com o crescimento ordenado do Distrito Federal é uma constante entre os deputados do PT. No dia 24 de abril, Comissão Geral da Câmara Legislativa debateu a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e dos Planos Diretores Locais (PDL). As mudanças constarão de projetos que serão enviados pelo GDF ainda este ano.

Elaborado no governo Cristovam Buarque (1995-1998), o PDOT precisa ser revisado para se adaptar ao Estatuto da Cidade. O PDOT é o instrumento básico para orientar a política territorial e de expansão urbana e rural, e os PDLs são integrantes desse processo, que abrangem cada núcleo urbano e regulamentam a ocupação do solo. A Comissão Geral foi proposta pelos distritais Arlete Sampaio e Chico Floresta, mas teve a participação dos demais parlamentares petistas, como a líder da bancada, a deputada Erika Kokay.

Apesar da ausência da secretária de



Distritais do PT lutam para manter a qualidade de vida em Brasília

Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), Diana Meirelles da Mota, que apresentaria a proposta do GDF, participaram o diretor de Planejamento Urbano da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, Benny Schasberg; a coordenadora do Núcleo do DF na Campanha do Plano Diretor Participativo, Vânia Coelho; o geógrafo da UnB Aldo Paviani; e o secretário da Fundação Pró-Natura, César Vitor do Espírito Santo.

Emenda à LDO impede reajustes abusivos

A população de Brasília está livre de aumentos abusivos do IPVA, do IPTU e da TLP em 2006. A garantia só foi possível graças a emenda da Bancada do PT à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada dia 4 de julho, na Câmara Legislativa. A LDO define as regras e os parâmetros para elaboração do Orçamento do GDF no próximo ano. A emenda limita o reajuste dos impostos para carros e para propriedades urbanas e a taxa de limpeza pública à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE. O índice é um dos mais baixos da economia brasileira e acumulou 6,93%, entre maio de 2004 e maio deste ano. No ano passado, o governo Roriz aumentou o IPVA e o IPTU em mais de 17%. Os distritais do PT alertam a população, porém, para possível rejeição (veto) do governador à mudança. Portanto, é preciso que todos fiquem atentos.



Novas taxas de água penalizam consumidores

A Bancada do PT votou contra o PLC 102/05, do GDF, aprovado dia 1º de julho na CLDF. A proposta do governo Roriz cria as taxas de fiscalização pelo uso de recursos hídricos (TFS) e pela prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário (TFU). A TFS será paga pela Caesb à Agência Reguladora de Águas do DF (Adasa). O valor corresponderá a 1% do faturamento da companhia. O custo imposto à Caesb pode ser repassado aos consumidores. Já a TFU será cobrada diretamente do setor produtivo e dos moradores de condomínios que usam poços artesianos e de agricultores que captam água de rios, no valor de 5%. A taxa é, na verdade, uma desculpa para arrecadar dinheiro para a Adasa. Porém, a Agência já recebe verbas do Tesouro do DF (R\$ 13,5 milhões em 2005). Além disso, pelo gerenciamento do programa de saneamento *Brasília Sustentável*, que terá empréstimo do Banco Mundial, ela receberá R\$ 27,5 milhões até 2010.



EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PT - ENDEREÇO: Câmara Legislativa, SAIN, Parque Rural, s/n, sala A-24, Asa Norte; CEP: 70086-900 - TELEFONE: 3348-8810 - E-MAIL: ptcldf@ptcldf.org.br - SITE: www.ptcldf.org.br - LÍDER DO PT: deputada Erika Kokay - COORDENADOR DA LIDERANÇA: Luiz Roberto Vieira - EDIÇÃO e TEXTOS: Alessandra Flach e Marcello Xavier - TEXTOS: Aline Fonseca, Elmano Augusto, Patrícia Britto, Romário Schettino, Tarciano Ricarto e Walberto Maciel - DIAGRAMAÇÃO: Marcos Wilson

A VERDADE SOBRE CORUMBÁ IV

O GDF vende para a população a imagem distorcida da usina hidrelétrica de Corumbá IV. O empreendimento privado - em construção desde 2002, no estado de Goiás, com recursos públicos emprestados do BNDES e Banco do Brasil - pode não trazer os benefícios prometidos nem o retorno financeiro alardeado pelo Buriti.

O preço da energia elétrica produzida pela hidrelétrica sairá 75% mais caro que o valor pago atualmente pela CEB (que é sócia do empreendimento) à Furnas e Itaipu. Além disso, o DF não será beneficiado diretamente pela energia de Corumbá IV. O sistema elétrico nacional é interligado e a energia gerada será distribuída para todo o país e não apenas para Brasília.

As características técnicas da usina limitam a retirada de água para abastecimento humano. Porém, o GDF confunde a população com uma promessa difícil de ser cumprida: água por 100 anos.

Segundo o sindicato dos servidores da Caesb, a água represada para abastecimento humano no DF e cidades do Entorno teria volume de água suficiente para atender a demanda por mais 30 anos. Além disso, o lago recebe esgoto.

CUSTO - Estudos da própria Caesb apresentaram alternativas com menor custo de implantação, operação e manutenção. Uma das possibilidades seria a elevação da crista da barragem do rio Descoberto (ampliando a capacidade de produção). Ou a utilização do ribeirão Bananal e do



Parlamentares do PT prestigiaram lançamento de Fórum em Defesa das Estatais

rio São Bartolomeu para captação de água.

Apesar dos problemas, o GDF insiste em anunciar Corumbá IV como solução para o abastecimento de água e a geração de energia. E tenta, a todo custo, envolver o capital financeiro das estatais do DF num negócio de risco, já demonstrado em recente parecer do Tribunal de Contas.

ESTATAIS - A obra já consumiu mais de R\$ 500 milhões, dos quais cerca de R\$ 70 milhões saíram da CEB. Em abril e junho, o GDF conseguiu aprovar a entrada da Caesb (com mais R\$ 30 milhões) e da Terracap (R\$ 60 milhões) no negócio. Mas saiu derrotado ao tentar incluir também o BRB no Consórcio de Corumbá IV, formado pelas empresas CeM Engenharia e Serveng Civilsan.

Preocupada com o patrimônio público do DF, a Bancada do PT apoiou a criação do Fórum de Defesa dos Fundos de Pensão e das Estatais, em março. O fórum tem a participação de sindicatos e associações de servidores e luta para impedir que o GDF use dinheiro dos fundos de pensão na obra.

Suspeita de corrupção no ICS

Dois requerimentos de autoria da Bancada do PT tem como alvo o controverso Instituto Candango de Solidariedade (ICS). O primeiro pede informações à Secretaria de Governo acerca do aluguel de veículos para servidores públicos do GDF. Denúncias feitas pela *Rede Bandeirantes* e pelo jornal *O Globo* revelaram esquema suspeito envolvendo a locação de carros sem licitação por meio do ICS.

Os distritais petistas querem saber a forma da contratação; os critérios adotados para escolha das empresas contratadas; e a fundamentação legal para dispensa ou inexigibilidade de licitação.

38,2 milhões de reais foram gastos com manutenção de gramados

O segundo requerimento pede abertura de auditoria e inspeção no TCDF dos contratos de gestão assinados entre a Novacap e ICS. A revista *Carta Capital* denunciou que, em menos de dois anos, o GDF creditou na conta da GHF Ambiental (empresa paulista especializada em grama de campos de golfe) um total de R\$ 38,2 milhões para cuidar dos gramados do DF.

A Bancada do PT entende que o ICS está executando serviço alheio à sua atividade básica, que é a promoção de ações assistenciais. Nos últimos anos o instituto tem sido envolvido em diversas denúncias de corrupção no governo Roriz.

Projeto coíbe nepotismo

Uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica (PELO) contra a contratação de parentes nos Poderes Executivo e no Legislativo do Distrito Federal foi apresentada pela bancada petista, em abril passado. A PELO não atinge o Judiciário local porque apenas o Congresso Nacional pode propor mudanças no TJDF. A Bancada do PT apresentou a proposta contra o nepotismo no início desta legislatura, mas a matéria recebeu parecer contrário do deputado Junior Brunelli, na CCJ. Na época, os distritais Wilson Lima (Prona) e Eurides Brito (PMDB) votaram contra a matéria sob o argumento de inconstitucionalidade. Tramita também projeto de resolução do deputado Chico Leite que trata apenas do nepotismo na CLDF.

Remuneração proporcional

Proposta de Emenda à Lei Orgânica do DF demonstra a preocupação da Bancada do PT com uso dos recursos públicos. A proposta apresentada altera a forma de remuneração dos deputados distritais (prevista na Lei 2.289/99) durante as convocações extraordinárias que podem ser feitas pelo governador, em julho e dezembro, durante o recesso parlamentar. Pelo projeto, os distritais receberão parcela do salário proporcional ao número de dias efetivamente trabalhados e, em caso de autoconvocação da Casa, não haverá o pagamento de qualquer remuneração extra.

CLDF aprova mudanças na Polícia Civil



A reestruturação da Polícia Civil do DF contou com a ativa participação da Bancada do PT. Aprovado em 4 de julho, o Projeto de Lei 1.723/05

cria 58 novos cargos e reduz a jornada de trabalho para 7h corridas, em vez de 40h semanais. Emenda do PT garantiu que a escolha dos representantes das categorias no Conselho Superior de Polícia seja feita por processo eleitoral. Outra emenda impede que delegados que ocupem cargos comissionados incorporem o salário na aposentadoria. O diretor-geral e o corregedor também estão impedidos de irem para o Conselho e continuarem com seus CNEs na aposentadoria. A CLDF aprovou também o PL 1.845/05, que institui a Comissão de Disciplina da PC. Emenda do PT garante representatividade e transparência na escolha dos representantes.

Bancada qualifica trabalho nas comissões

O PT teve importante vitória nas eleições para as comissões, responsáveis pela análise dos projetos. A bancada conquistou cinco presidências e quatro vices. Os eleitos para as presidências foram: Arlete Sampaio, Educação e Saúde; Chico Leite, Assuntos Sociais; Chico Vigilante, Defesa do Consumidor; e Erika Kokay, Direitos Humanos e Ética. As vices ficaram com: Chico Floresta, Meio Ambiente; Chico Leite; Constituição e Justiça; Erika Kokay, Educação e Saúde; e Paulo Tadeu, Orçamento e Finanças. O deputado Chico Leite trocou a presidência da CAS, num acordo de líderes, pela Comissão Especial da Juventude, que analisará a situação dos jovens no DF.

PT comemora bodas de prata



Sessão solene marcou os 25 anos do PT. Os distritais petistas fizeram reflexões acerca dos rumos da legenda e recordaram a trajetória do partido. O evento contou com a participação de dirigentes nacionais e locais, além de petistas históricos como a diretora de Recursos Humanos do INSS-DF, Lúcia Carvalho; dos deputados federais Maninha e Wasny; do presidente do Banco Popular, Geraldo Magela; da secretária do Patrimônio da União (SPU), Alexandra Reschke; do representante da Fundação Perseu Abramo no DF, Hamilton Pereira; do presidente da CUT-DF, João Osório; da secretária-executiva da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Maria Laura.

Proposta beneficia servidores da Saúde

Os deputados petistas votaram, dia 4 de julho, a favor de um projeto de lei que resolve problemas em planos de carreira da Saúde. O PL aumenta a Gratificação de Titulação (modalidade Especialização) e inclui percentual destinado à retribuição por conclusão de cursos de aprimoramento para os integrantes de várias carreiras da Saúde.

Projeto da deputada Arlete Sampaio institui o novo Código de Saúde do DF. Presidente da Comissão de Educação e Saúde da CLDF, ela entende que o atual Código (1966) está velho. O novo Código abrange os aspectos que afetam a saúde e prevê controle social por meio das conferências de saúde, meio-ambiente e das cidades; dos conselhos e de entidades não-governamentais. Segundo Arlete, "o novo Código fornecerá instrumentos legais ao governo e à sociedade e fixará parâmetros para as atividades que repercutem na saúde do brasileiro." A proposta já conta com o apoio do Núcleo de Estudos de Saúde Pública da UnB; dos Ministérios das Cidades e da Saúde; da Anvisa; e da procuradora Tânia Marchewka, da 2ª Procuradoria de Justiça Cível.



Deputada
Arlete Sampaio

Duas leis de iniciativa do deputado Chico Floresta entraram em vigor no primeiro semestre. A primeira obriga as repartições a colocar vasilhames de cores diferentes para coleta seletiva – um para lixo orgânico, outro para latas e outro para papéis. O material reciclável é recolhido por catadores. A segunda lei prevê a instalação de desfibriladores em locais de grande circulação, como shoppings, rodoviária, estádios, academias, aeroporto e hotéis. O objetivo é garantir o pronto atendimento em casos de infartos. Em junho, Floresta lançou também a campanha da coleta seletiva de lixo, que vai se estender até o segundo semestre. A ideia é conscientizar moradores do Plano Piloto e demais cidades sobre a importância da coleta seletiva.



Deputado
Chico Floresta

Desde abril, o jovem do DF conquistou com o lançamento da Comissão Especial da Juventude, presidida pelo deputado Chico Leite, um espaço para debates e propostas na CLDF. Do lançamento até agora, a comissão fez seis audiências públicas, com cerca de 1,8 mil jovens, e discutiu a violência infanto-juvenil; acesso à universidade; educação, cultura e lazer; trabalho, emprego e empreendedorismo; saúde, sexualidade e dependência química. "Quando eleito presidente da comissão, decidi que ela tinha que ouvir e levar propostas para os jovens no local em que eles se encontram, para que eles tenham realmente acesso às políticas públicas que podem lhes beneficiar", destaca o deputado.



Deputado
Chico Leite

O deputado distrital Chico Vigilante assumiu a presidência da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da CLDF, em fevereiro, com o propósito de combater os abusos e as injustiças contra o brasileiro que frequentemente é lesado ao comprar um produto ou contratar um serviço. Em pouco tempo de trabalho, a CDC já comemora resultados. Em blitz realizadas em parceria com o Procon, comerciantes foram notificados e dois supermercados fechados por irregularidades. Afora as inspeções, duas audiências da CDC discutiram a qualidade do transporte público e o armazenamento, o preço e a distribuição do gás de cozinha no DF. Essas são apenas as primeiras ações da comissão em defesa do consumidor.



Deputado
Chico Vigilante

Engajada com os direitos humanos, a líder do PT, deputada Erika Kokay, trabalha para que todas as denúncias de violação de direitos sejam respondidas. De 40 casos recebidos pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) da CLDF, 35 já foram encaminhados para investigação. As principais queixas registradas são: violência em ações de fiscalização do GDF, abuso sexual, violência doméstica e policial. Para Erika, que preside a CDH, o parlamentar deve monitorar as denúncias até o final e exigir das autoridades medidas eficientes. A partir das queixas, ela inspecionou instituições de saúde mental, Conselhos Tutelares, escolas públicas e os presídios do DF. Convênios foram firmados com o Ministério Público para agilizar os encaminhamentos.



Deputada
Erika Kokay

Estudantes de todo o país têm se unido para brigar por um direito legítimo: o de não pagar para estudar. Nesse sentido, o deputado Paulo Tadeu apóia esse movimento nacional: para que o ensino e a aprendizagem não tenham obstáculos. Desde março, tramita na CLDF o PL 1.774/05, de iniciativa do distrital, que institui o passe livre estudantil no DF. A proposta está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). "O nosso mandato encampou esta luta em favor de melhores condições de ensino com a implementação do Passe Livre Estudantil no DF. Nossa proposta é que o GDF custeie a passagem paga pelos estudantes, incluindo no orçamento anual verba para garantir a gratuidade no transporte", afirma.



Deputado
Paulo Tadeu